

**AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE FAMÍLIAS ATENDIDAS POR UMA
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CIDADE DE MANAUS****Ana Paula Palheta Melo****Universidade Federal do Amazonas****E-mail: anapaulapalhetamelo@gmail****Roberta Justina da Costa****Universidade Federal do Amazonas****E-mail: robertacosta@ufam.edu.br****RESUMO**

A pesquisa com o objetivo de analisar condições socioeconômicas de famílias atendidas por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) da zona leste de Manaus/AM. É necessário conhecer a realidade social de famílias em um determinado território para traçar estratégias de atuação para atender as demandas sociais apresentadas pelo público-alvo. A pesquisa se caracteriza como exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa; contou com o levantamento bibliográfico, pesquisa documental nas fichas sociais utilizadas pelo setor de Serviço Social da OSC e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com 16 sujeitos, responsáveis pelo núcleo familiar e/ou seu representante. Para a análises e interpretações dos dados a utilização da técnica da análise de conteúdo. A desigualdade social que permeia nossa sociedade, não distante da realidade das famílias da Organização da Sociedade Civil pesquisada, que apresentam rendimentos que não suprem as necessidades das famílias, para tanto utilizam de estratégias de sobrevivência para a garantia do mínimo para o sustento da família, a recorrência aos programas de transferência de renda como o bolsa família na assistência social, educação, saúde e transporte urbano como políticas públicas essenciais no cotidiano dessas famílias. O conhecimento da realidade social é essencial para a realização das intervenções sociais.

Palavras-Chave: Famílias; Condições Socioeconômicas; Território.



1. INTRODUÇÃO

O diagnóstico social das famílias atendidas por uma instituição social leva em consideração o conhecimento do perfil dos usuários e suas formas de acesso aos serviços sociais (saúde, educação, assistência social, habitação, lazer entre outros serviços), suas reais demandas e potencialidades estreitando os laços entre a instituição e seu público-alvo. A fundamentação teórica deste estudo se alicerça em três categorias analíticas: família, território e condições socioeconômicas. Ao abordar “família” dentro da sua complexidade e nas configurações acompanhando o contexto histórico e as diversas abordagens construídas, apresenta características mutáveis e com uma elasticidade quanto a sua composição, não se pode naturalizar o conceito de família por uma única padronização. Nesse sentido, congregam [...] grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica/residencial [...]. (BRUSCHINI, 2009, p. 52)

Para Bruschini (2009), os estudos sobre família consideram elementos que fazem parte do seu cotidiano nas funções econômica, socializadora e de reprodutora de ideologia. A função econômica corresponde ao atendimento às necessidades de sobrevivência e de padrão de vida dos seus membros com a divisão destes nas atividades geradoras de renda; já a função socializadora tem como papel educativo na formação das personalidades dos indivíduos; e na função de reprodutora de ideologia a transmissão de hábitos, ideias, valores e de padrões de comportamento.

Nos grupos sociais familiares permeiam o ciclo de vida dos indivíduos, delineando não apenas suas rotinas compartilhadas, mas também a consolidação de laços interpessoais sólidos e sua influência no contexto social mais amplo. Vale destacar que não existe um modelo ideal de família, mas inúmeras formas de configuração familiar presente na sociedade contemporânea.

Ao abordar a categoria da família, é imperativo não apenas compreender a essência intrínseca dessa unidade, mas também apreender a interação dessa realidade no espaço específico de um dado território. Essa compreensão contextual se revela fundamental, uma vez que apenas ao conhecer profundamente a região em questão é possível desvelar os matizes dos contextos sociais que moldam as dinâmicas familiares e, conseqüentemente, a abrangência de suas influências.

Santos (2011, p. 14) ressalta a abordagem fundamental de considerar o território não apenas como uma composição física de elementos naturais e objetos sobrepostos, mas como um espaço que é vivenciado e utilizado. Nessa perspectiva, o território ganha significado através das ações e relações humanas que ocorrem dentro dele, delineando as dinâmicas sociais e culturais únicas de uma determinada região. Isso é particularmente relevante para a condução de uma pesquisa que visa aprofundar a compreensão das relações sociais dentro de um contexto territorial específico.

É imperativo considerar não apenas a geografia física do território, mas também os modos pelos quais as pessoas interagem com ele, moldando-o com suas práticas, valores e percepções. Investigar as relações que ocorrem dentro desse espaço territorial permite uma análise mais rica e abrangente das influências mútuas entre as características físicas do território e as ações humanas que nele acontecem. Isso envolve não apenas entender a estrutura do espaço, mas também como as pessoas o vivenciam, transformam e se conectam a ele, influenciando e sendo influenciadas por ele.

As abordagens às famílias são centrais no âmbito das políticas públicas, uma vez que não se pode fragmentar a família e a vulnerabilidade social perpassa o cotidiano de todos os membros familiares. Para Miotto, “as ações socioeducativas requerem também conhecimento das demandas/necessidades dos usuários, tanto nas suas singularidades, como no conjunto dos usuários ao longo do tempo (conhecimento cumulativo) [...]” (2009, p. 506).

A autora expressa que as ações socioeducativas se constroem a partir do conhecimento e das análises das necessidades sociais orientadas pelo perfil das demandas dos usuários, das quais



participam diversos indivíduos, famílias e grupos de segmentos diferenciados – crianças, adolescentes, jovens, adultos, famílias – que se entrelaçam de forma direta ou indireta.

A pesquisa vislumbra contribuir para a construção de estratégias que possam aprimorar as ações sociais da OSC para responder por meio de sua intervenção às demandas da população usuária.

2. OBJETIVO GERAL

Analisar as condições socioeconômicas das famílias atendidas por uma Organização da Sociedade Civil da cidade de Manaus

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza exploratória, empregando abordagens quantitativas e qualitativas para entender a realidade das famílias atendidas por uma Organização da Sociedade Civil em Manaus. O método escolhido foi o crítico dialético, que permitiu a compreensão abrangente da realidade, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do lócus da pesquisa. A coleta de dados envolve pesquisa documental, com acesso às fichas sociais dos usuários da OSC, observação assistemática é registrada em um diário de campo, entrevistas semiestruturadas são com 16 sujeitos responsáveis e/ou representante do núcleo familiar. A análise de conteúdo seguindo os procedimentos de Bardin foi utilizada na etapa de análise e interpretação dos dados.

A pesquisa seguiu as exigências éticas estabelecidas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a coleta de dados em pesquisas envolvendo seres humanos com sua submissão ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos sob o CAAE: 69746723.0.0000.5020 da Universidade Federal do Amazonas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos sujeitos da pesquisa com referência as entrevistas, revela que são do sexo feminino, jovens com uma recorrência de 69% na faixa etária entre 27 a 41 anos; 70,5% se declararam de cor parda, quanto a naturalidade 59% são manauaras, 23% do interior e 18 % de outros estados da federação; no que se refere a religião das entrevistadas 75% são cristã e 25% de outras denominações; 62,5% mantem relação conjugal (casadas e conviventes), 25% são solteiras e 12,5% separadas; quanto a escolaridade 56,2% tem ensino médio completo, seguido de 18,7% com o ensino médio incompleto, 12,5% ensino fundamental incompleto, 6,25% com o ensino superior e 6,25% sem escolaridade; apenas uma entrevistada apresenta atividade laborativa; com relação a renda familiar 66% com um salário mínimo e 33% com menos de um salário mínimo.

Quadro 1 – Indicadores socioeconômicos das famílias segundo as fichas sociais

Indicadores	Resultados
Renda e Emprego	64% renda até 1 salário-mínimo Maioria no trabalho informal
Educação	93,7% instituições públicas da região.
Moradia	63,3%. possuem casa própria (cedida e/ou alugada)
Serviços básicos de infraestrutura	Sim (Energia, água e descartes dos dejetos)
Saúde	87,5% rede pública
Assistência Social	Bolsa Família
Participação Social	51% desconhecem a existência de organização comunitária

Fonte: Pesquisa documental, 2023



A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 proclama que o ser humano tem o direito a um padrão de vida que lhe garanta bem-estar social.

Artigo 25, parágrafo 1º: Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (ONU, 1948)

As desigualdades sociais permeiam a realidade social das famílias atendidas pela OSC pesquisadas, se faz necessário um leque de políticas públicas para a satisfação das necessidades sociais da população brasileira de forma justa e igualitária.

5. CONCLUSÕES

É crucial que as ações do Estado e da sociedade reconheçam as disparidades sociais e fomentem o caminho para a mobilidade social na luta pela garantia e efetividade dos direitos sociais com políticas que envolvam oportunidades de emprego dignas e o acesso equitativo aos serviços e bens da sociedade proporcionando às famílias uma melhor qualidade de vida.

O estudo proporcionou o contato com a realidade social das famílias atendidas pela Organização da Sociedade Civil com reflexões sobre as situações de vulnerabilidade social dos seus usuários e o quanto é essencial formular propostas que atendam as reais necessidades do público-alvo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Secretaria Nacional de Saneamento - SNS. **Panorama do Saneamento Básico no Brasil 2021** / Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional. – Brasília/ DF, 2021.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane (Org). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**: São Paulo: Cortez, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 8 ago 2022.

MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.481-496.

MIOTO, Regina Célia. **Família e Serviço Social: contribuições para o debate**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 55, p. 114-129, 1997.

SANTOS, Milton Almeida. **O Espaço do Cidadão**. 7. Ed. São Paulo: Nobel, 2007.

Santos, Milton, **Território, Territórios Ensaio sobre o Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro. Editora: Lamparina, 3ª ed. 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. Famílias enredadas. In: **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

AGRADECIMENTOS

Nossa gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa, em especial aos sujeitos da pesquisa. À Professora Doutora Selma Suely Baçal de Oliveira (*in memoriam*) por sua dedicação à pesquisa e a produção do conhecimento no Estado do Amazonas e no Brasil. E ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas (PIBIC/UFAM).